ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº 22/2025

ÁREA TÉCNICA:

Diretoria Administrativa e Financeira

SÍNTESE DA DEMANDA:

Cota de Patrocínio para o **9º Prêmio Ação pela Água**, promovido pelo **Consórcio PCJ**

FUNDAMENTAÇÃO:

Lei federal nº 14.133/2021 – arts. 5º; 18, §§ 1º e 2º; 74, *caput*
Resolução ARES-PCJ nº 531/2023 – arts. 45 e 46

1) NECESSIDADE APRESENTADA PELA ARES-PCJ

A ARES-PCJ tem investido na promoção de ações institucionais que fortaleçam sua visibilidade regional e seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 6 – Água e Saneamento. Nesse contexto, deliberou-se, em reunião da Diretoria Colegiada, pela adesão à **Cota Prata** de patrocínio do **9º Prêmio Ação pela Água**, reconhecido como uma das maiores premiações ambientais da região.

Além da importância institucional do evento, destaca-se o **vínculo cooperativo e formal entre ARES-PCJ e o Consórcio PCJ**, por meio do **Convênio de Cooperação Técnica**, cujo objeto é a promoção de intercâmbio e apoio recíproco em ações e projetos de interesse comum nas áreas de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente.

O Consórcio PCJ, conforme dispõe seu Estatuto, atua na promoção da educação, capacitação e sensibilização ambiental, tendo desenvolvido ao longo de mais de 30 anos o Programa de Educação e Sensibilização Ambiental, com impacto direto sobre milhões de cidadãos da região das Bacias PCJ.

Importante destacar que **muitos dos municípios e prestadores de serviços que participam do Prêmio Ação pela Água são também regulados pela ARES-PCJ**, o que reforça o alinhamento institucional entre a Agência e a premiação, bem como a importância de reconhecer e valorizar boas práticas que estão sendo implementadas por entes regulados.

A Agência reconhece a relevância dos resultados já obtidos com projetos educacionais e de sensibilização ambiental conduzidos pelo Consórcio PCJ, como o Projeto Gota d'Água e a peça teatral “Turma do Lamba”, que impactaram positivamente municípios regulados pela ARES-PCJ.

Portanto, o apoio ao 9º Prêmio Ação pela Água representa uma **continuidade estratégica dessa parceria**, amplificando a presença institucional da ARES-PCJ e valorizando ações desenvolvidas por seus próprios jurisdicionados.

2) ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

A ação proposta integra-se ao **Planejamento Estratégico da ARES-PCJ**, especialmente nas diretrizes de valorização institucional, comunicação pública, visibilidade e fortalecimento das ações socioeducativas no setor de saneamento. O patrocínio está igualmente contemplado no **Plano de Aquisições de 2025**.

3) REQUISITOS BÁSICOS DA ADESÃO

A contratação direta por inexigibilidade de licitação tem previsão no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, sendo aplicável aos casos de inviabilidade de competição.

Segundo a doutrina de Marçal Justen Filho¹, o dispositivo mencionado exemplifica as causas de inexigibilidade licitatória – o que se extrai da redação do *caput*, inclusive – podendo haver outras não contempladas na norma por inevitável imposição da realidade extra normativa. Nesse sentido:

“Deve-se ressaltar que o *caput* do art. 74 apresenta função normativa específica, de modo que uma contratação direta poderá nele se fundar direta e exclusivamente. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos desse artigo, os quais apresentam natureza exemplificativa, ainda que dotados de função normativa restritiva.”

Embora a Lei de Licitações não trate diretamente da contratação de patrocínios custeados pelo poder público, é possível justificar a aquisição de cotas de patrocínio mediante a demonstração do interesse público e da necessidade da contratação, evidenciando-se a singularidade dos eventos e de seus organizadores.

O evento é promovido exclusivamente pelo **Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ**, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1989, que atua há mais de 35 anos na promoção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Sua atuação cobre uma das regiões hidrográficas mais importantes do Estado de São Paulo e do Brasil, reunindo atualmente **42 municípios e 24 grandes empresas associadas**, com abrangência de uma população estimada em **7 milhões de habitantes**.

O Consórcio PCJ é amplamente reconhecido por sua **atuação técnica, educativa e articuladora** em políticas públicas relacionadas à **segurança hídrica, saneamento básico, meio ambiente e educação ambiental**, sendo pioneiro em diversas iniciativas voltadas à recuperação de mananciais e à sensibilização da sociedade sobre a importância da água.

A proposta de patrocínio apresenta critérios e contrapartidas específicas, impossibilitando a realização de certame competitivo.

Uma vez demonstrado o interesse público envolvido, a singularidade dos eventos justifica a contratação direta por inexigibilidade de licitação. Isso porque não há possibilidade de competição, dado que o evento é exclusivo e organizado por instituição específica, impossibilitando a realização de certame competitivo.

4) PRECIFICAÇÃO E CUSTOS ESTIMADOS

A proposta comercial do Consórcio PCJ apresenta três faixas de patrocínio. Após análise técnica e institucional, a ARES-PCJ optou pela **Cota Prata**, no valor de **R\$ 50.000,00**, cujos benefícios incluem:

- Logomarca em materiais promocionais da premiação;
- Espaço institucional no canal oficial do evento;

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 959-962.

- Espaço para Stand Institucional;
- Veiculação de divulgação no Informativo Água Viva;
- Participação na Cerimônia de entrega da Premiação.

5) RESULTADOS ESPERADOS

Fortalecimento da imagem institucional: A participação como patrocinadora no 9º Prêmio Ação pela Água contribui para consolidar a reputação da ARES-PCJ como uma agência moderna, técnica e comprometida com a excelência na regulação dos serviços públicos de saneamento, ampliando sua presença regional.

Ampliação da visibilidade regional: O evento reúne diversos municípios e prestadores de serviços da região, muitos dos quais são regulados pela ARES-PCJ. A visibilidade institucional da Agência é reforçada ao se associar a uma premiação de referência na temática dos recursos hídricos.

Valorização dos regulados: A presença e o reconhecimento de municípios e prestadores de serviços regulados pela ARES-PCJ entre os participantes e premiados no evento evidencia a qualidade das práticas implementadas sob a orientação regulatória da Agência.

Integração regional e institucional: O patrocínio fortalece a articulação entre ARES-PCJ e Consórcio PCJ, conforme previsto no Convênio de Cooperação Técnica vigente, promovendo a integração regional nas Bacias PCJ e demais municípios paulistas sob regulação da Agência.

Promoção da troca de experiências: A participação institucional no evento permite o contato direto com boas práticas reconhecidas, promovendo o intercâmbio de experiências e a inspiração para a criação de novas iniciativas, como cursos, oficinas e conteúdos para a Academia ARES-PCJ.

Fomento a parcerias estratégicas: A interação com representantes de entidades públicas, privadas e da sociedade civil durante o evento possibilita a construção de alianças voltadas à universalização e qualificação dos serviços de saneamento, ampliando o alcance institucional da ARES-PCJ.

6) REQUISITOS E PROVIDÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

Além deste ETP, deverá ser elaborado Termo de Referência prevendo a qualificação das empresas com qualificação técnica, econômica e financeira, obrigações das partes, dotação orçamentária, regras de fornecimento, recebimento e pagamento, penalidades aplicáveis, e demais disposições inerentes à contratação almejada.

7) ANÁLISE DE RISCOS

Os principais riscos associados a essa contratação incluem:

Risco de Imagem: mitigado pela sólida reputação do Consórcio PCJ e histórico de sucesso do prêmio, com acolhida e prestígio nacional;

Risco Jurídico: mitigado pelo amparo no art. 74 da Lei nº 14.133/2021 e pelo Convênio de Cooperação vigente;

Risco de não realização: considerado baixo, dado o histórico de mais de duas décadas de realização do Prêmio, sendo está a 9ª edição.

7) DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando a essencialidade dos serviços especificados para atender às demandas da ARES-PCJ, bem como a existência de disponibilidade financeira compatível o planejamento, conclui-se pela **VIABILIDADE** da adesão, a qual se justifica técnica e economicamente pelas razões expostas neste instrumento.

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
Diretor Administrativo e Financeiro